

Preços reais para agricultura

por Jane Filipon
de Florianópolis



João Sayad

Três pontos dominaram praticamente os debates dos participantes do seminário "Repensando 82" em Florianópolis: a necessidade de uma desvinculação das taxas de juros internas das praticadas no mercado internacional; um estudo mais aprofundado sobre a possibilidade de o País renegociar sua dívida externa; e os reais efeitos dos subsídios sobre a economia brasileira. Para o gerente financeiro da Souza Cruz em Florianópolis, Celso Kampf, os subsídios não podem ser condenados de forma genérica. Ele admite que o uso inadequado do subsídio "trouxe problemas de tal ordem que muitas empresas brasileiras encontram dificuldades em auferir seus custos reais". Em função disso, Kampf é favorável a uma revisão da política de subsídios com vistas a setores que realmente não possam desenvolver-se por si mesmos. O presidente da Empresa Catarinense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Genésio Mazon, citou o exemplo da agricultura, em que os subsídios são extremamente necessários para garantir sua viabilidade. "Mas houve muita dispersão e aplicações em áreas não de base que acabam gerando resultados inócuos e a nítida impressão de que a prioridade à agricultura desapareceu".

PREÇOS REAIS

O professor João Sayad, da Universidade de São Paulo, que coordenou os debates em Florianópolis, afirmou aos participantes do encontro que desde 1977 vem defendendo para a agricultura uma política de preços reais, em vez de subsídios ao crédito rural. "Isso não significa que não ache importante subsidiar o desenvolvimento agrícola no País, e sim que deva ser dentro de uma escala de prioridades", disse. Ele também defende a posição de que não se podem responsabilizar apenas os subsídios pela inflação e nem mesmo que a solução para os problemas brasileiros está na eliminação das subvenções. "Os atuais problemas nacionais advêm muito mais de se pensar em soluções imediatistas do que dos subsídios à agricultura", garante Sayad.

Os executivos e dirigentes das empresas catarinenses presentes ao seminário não entendem por que o governo brasileiro está tão indeciso para colocar em prática a desvinculação da taxa de juros interna do mercado internacional. A posição do ministro Delfim Netto de que a desvinculação pode propiciar esquemas de arbitragem é totalmente infundada, na opinião desses dirigentes empresariais. "Há mecanismos suficientes para se fazer isso. Basta que a decisão política seja tomada e que os banqueiros internacionais concordem", afirma o diretor da construtora Nova Era, José Xavier Borges Júnior. Quanto à renegociação da dívida externa brasileira, uma alternativa que os empresários admitem ser recusada pelo governo, há uma saída, dizem: o Terceiro Mundo em conjunto propor um adiamento para as contas externas.

Para Sayad, a solução não pode ser rotineira para uma dívida gigante como a brasileira. Os interesses financeiros internacionais temem uma solução dessa ordem e, lembrou o gerente financeiro da Sulfabril, João Teles, alguns banqueiros estão receosos, chamando essa união dos países do Terceiro Mundo com o objetivo de tentar renegociar suas dívidas de "OPEP da Dívida".